

RBC nº 188 – Mar/Abr 2011**Análise CVL aplicada ao agronegócio: estudo de caso em pequena fábrica de pescados**

(Rodney Wernke, Marluce Lembeck, Eduardo Zanellatto Mendes)

Trata da aplicação da Análise CVL em pequena empresa que atua no segmento de pescados. Pretendeu-se responder à questão ligada às possibilidades de utilização dessa ferramenta no contexto desse tipo de negócio. Nessa direção, o objetivo principal foi analisar a aplicabilidade da Análise Custo/Volume/Lucro (CVL) no contexto de uma entidade de pequeno porte que atua na comercialização e beneficiamento de pescados, no intuito de identificar as informações gerenciais que essa ferramenta pode proporcionar, bem como eventuais limitações inerentes. Para essa finalidade, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: efetuar uma revisão da literatura acerca dos conceitos relacionados; descrever o contexto da empresa pesquisada; apresentar as etapas seguidas para implementar a Análise CVL na entidade; e sintetizar os benefícios informativos oriundos e possíveis limitações associadas. Em termos de metodologia, utilizou-se a do tipo descritiva, no formato de estudo de caso, com abordagem qualitativa. Quanto aos resultados, verificou-se a aplicabilidade dessa ferramenta no ambiente pesquisado (com algumas adaptações). Proporcionou diversas informações úteis aos gestores da organização acerca da rentabilidade de segmentos de mercado visados (produtos e linhas de comercialização), o conhecimento do ponto de equilíbrio e a mensuração do resultado do período de maneira gerencial.

Quais podem ser os reflexos da contabilização de juros sobre o capital próprio na riqueza do acionista?

(Rodrigo Fernandes Malaquias, Osvaldo Sílvio Giachero, Brenner Elias da Costa, Sirlei Lemes)

A função fundamental do administrador financeiro de uma empresa é a maximização da riqueza do acionista. Com a evolução da função financeira, desde a década de 1950, foram desenvolvidos vários trabalhos e modelos visando ao atendimento deste objetivo. No Brasil, a partir da aprovação da Lei n.º 9.249/95, tornou-se possível a contabilização de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) aos acionistas e sua dedução como despesa financeira para fins fiscais. Como a forma de tributação incidente sobre esta opção de remuneração se difere de pessoas físicas para pessoas jurídicas, este trabalho tem por objetivo identificar quais podem ser os reflexos da contabilização de JSCP na riqueza do acionista, demonstrando como se pode utilizar o JSCP para aumento da riqueza dos acionistas. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, analisando-se documentos indiretos da empresa selecionada. Tal empresa faz parte do setor de Telecomunicações, setor que contabilizou o maior montante de JSCP no ano de 2006. Como considerações finais, tem-se que o JSCP pode ser utilizado para a maximização da riqueza do acionista em virtude da economia de impostos. No entanto, com algumas particularidades, esta vantagem pode deixar de existir em razão do tipo de acionista recebedor, se pessoa física ou jurídica.

A divulgação de perdas por imparidade em investimentos não financeiros e a compreensibilidade da informação: o caso português

(Fábio de Albuquerque, Maria do Céu Almeida, Joaquim Teixeira Quirós)

A presente investigação pretende analisar o cumprimento do normativo contabilístico aplicável (IAS 36), por um lado, e a problemática da compreensibilidade, por outro, no que diz respeito à divulgação de perdas por imparidade no âmbito específico dos investimentos não financeiros em Portugal. O estudo pretende, a partir das exigências de divulgação prescritas na IAS 36, identificadas como variáveis do estudo ou elementos de divulgação (ED), analisar a existência de possíveis agrupamentos em torno do cumprimento da norma consoante a natureza do activo ou da informação em causa. Tais elementos foram analisados em termos de medidas descritivas e posteriormente submetidos a técnicas de análise multivariada. Os elementos analisados neste estudo foram obtidos a partir do relato financeiro publicado por 43 entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nacional enquadradas no PSI geral, durante o período contabilístico findo em 31 de Dezembro de 2008, com exclusão das entidades do sector financeiro e segurador, bem como das Sociedades Anónimas Desportivas. Os resultados encontrados sugerem uma divulgação mais fortalecida no tocante às variáveis de divulgação relacionadas com as políticas contabilísticas seguidas pelas entidades, e nas matérias relacionadas com as perdas por imparidade relativas ao goodwill. Pretende-se que os resultados desta investigação, e posteriores desenvolvimentos deste estudo, ajudem a considerar a importância dos aspectos subjectivos relacionados com a qualidade da informação apresentada no relato financeiro, onde se inclui a informação relacionada com o reconhecimento de perdas por imparidade.